

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCIA LACHOUSKI

**A IMPORTÂNCIA DA FILOSOFIA PARA A CONSTRUÇÃO DE
VALORES**

CURITIBA

2018

LUCIA LACHOUSKI

**A IMPORTÂNCIA DA FILOSOFIA PARA A CONSTRUÇÃO DE
VALORES**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Ensino da Filosofia no Ensino Médio do setor de educação da UFPR, como requisito parcial à obtenção do grau de especialista.

Orientador: Ana Carolina Mondini

CURITIBA

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

A IMPORTÂNCIA DA FILOSOFIA PARA A CONSTRUÇÃO DE VALORES

Por

LUCIA LACHOUSKI

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Filosofia no Ensino Médio do Setor de Educação da UFPR, como requisito parcial à obtenção do grau de especialista, sob avaliação da seguinte banca examinadora:

Prof. Dr.
Departamento de _____, UFPR

Profª Drª
Departamento de _____, UFPR

Orientadora:

Prof. Drª. Ana Carolina Mondini
Departamento de Filosofia, UFPR

Curitiba, 07 de maio de 2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu forças, a cada momento que eu pensei em desistir. Por me ajudar a chegar até aqui, por vencer cada obstáculo comigo.

A minha família que nunca mediram esforços para me ver feliz. Por me incentivar nos momentos que nem eu mesma tinha autoestima. Por me entender sempre. Amo vocês!

A minha orientadora, pela compreensão, pela ajuda, pela competência e principalmente pela paciência. Muito Obrigada!

A todos os meus professores que fizeram parte da minha pós-graduação, sem eles não teria conseguido chegar até aqui.

Aos meus amigos que sempre estiveram ao meu lado, que sempre entenderam as minhas limitações, que me apoiaram sempre amo vocês!

Resumo

O presente estudo tem como tema a importância da filosofia para a construção de valores, que é constantemente discutido, tanto no âmbito acadêmico, como, também, pelo senso comum, com variadas interpretações sobre sua eficácia e eficiência. O presente artigo evidencia determinadas características do ensino de filosofia no ensino médio, tais como a transmissão de valores éticos e morais, a importância de se adaptar a linguagem às conjunturas sociais e a importância de se explicar tais temas em sala de aula. O presente trabalho tem por objetivo, portanto, analisar a disciplina de filosofia aliada a uma educação ética, moral e cidadã, em conformidade ao currículo do ensino médio, por meio de um projeto de Intervenção no âmbito escolar, com a finalidade de responder ao seguinte questionamento: Como a disciplina de filosofia pode auxiliar a construção destes valores na sala de aula? A fim de esclarecer essa questão, utilizou-se, principalmente, as seguintes obras: Aristóteles, Platão, Kant, Mendes, Rousseau entre outros filósofos e suas respectivas obras. Além disso, foi realizado um apanhado teórico a respeito da filosofia no Ensino médio e de suas subáreas, a fim de se pensar numa nova forma de transmitir a filosofia em sala de aula, visando a sensibilidade e o na busca da elaboração de um novo saber, um conhecimento ordenado haurindo da experiência, do nosso cotidiano.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Filosofia, Valores, Senso comum, História do pensamento filosófico

Abstract

The present study has as its theme the importance of philosophy for the construction of values, which is constantly being discussed, both in the academic field and also by common sense, with varied interpretations of its effectiveness and efficiency. The present article highlights certain characteristics of philosophy teaching in high school, such as the transmission of ethical and moral values, the importance of adapting the language to the social conjunctures and the importance of explaining such themes in the classroom. The purpose of this study is to analyze the discipline of philosophy combined with an ethical, moral and civic education, in accordance with the high school curriculum, through an Intervention project at the school level, in order to respond to the following questioning: How can the discipline of philosophy help the construction of these values in the classroom? In order to clarify this question, the following works were used mainly: Aristotle, Plato, Kant, Mendes, Rousseau among other philosophers and their respective works. In addition, a theoretical survey was made on philosophy in secondary education and its subareas, in order to think about a new way of transmitting philosophy in the classroom, aiming at sensitivity and in the search for the elaboration of a new knowledge, an ordered knowledge haurindo of the experience, of our daily life.

KEY WORDS: Teaching Philosophy, Values, Common Sense, History of Philosophical Thought

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. VALORES.....	10
2.1 Distinção entre moral e ética.....	11
2.2. A educação e suas perspectivas	12
2.3. A Cidadania num olhar filosófico	15
2.4. A Importância da filosofia para a construção de valores como a cidadania, moral e ética no ensino médio.....	18
3. PROJETO DE INTERVENÇÃO.....	19
3.1 Explicação teórica sobre a proposta pedagógica:	19
3.2 Aplicação da proposta pedagógica.....	19
3.3 Discussão dos resultados esperados	21
4. CONCLUSÃO	22
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	23

1. INTRODUÇÃO

Na sociedade atual, a educação realiza a interseção entre ética e cidadania, formando os indivíduos de acordo com os valores requeridos por essa mesma sociedade. Assim, pela mediação da educação, se buscará instituir, em cada indivíduo singular, o cidadão ético.

O filósofo Rousseau acredita na necessidade da presença do cidadão consciente e ético, este que contribuirá para a constituição de um ente político no estado civil e, por conseguinte, para o fundamento legítimo da sociedade política. Portanto, no entendimento do autor:

O cidadão adquire uma nova função na constituição do estado civil, pois ele é parte da história política, dado ser responsável pela elaboração das leis mediante uma consciência pública (coletiva). Isso se dá quando desvencilha de seus interesses privados em favor da vontade geral, ou seja, a socialização dos seus valores enquanto cidadão. (ROUSSEAU, 1991, P. 119)

A formação de um cidadão consciente, pode vincular-se de modo íntimo com a filosofia. Quando se estabelece como finalidade o exercício da cidadania, conforme a **Lei 9.394/96**, torna-se evidente a importância do ensino de Filosofia no Ensino Médio.

Tendo em vista que o conhecimento sociológico tem como atribuições básicas investigar, identificar, descrever, classificar e interpretar/explicar todos os fatos relacionados à vida social, logo permite instrumentalizar o aluno para que possa decodificar a complexidade da realidade social. Assim, pela via do conhecimento sociológico sistematizado, o educando poderá construir uma postura mais reflexiva e crítica diante da complexidade do mundo moderno. Ao compreender melhor a dinâmica da sociedade em que vive, poderá perceber-se como elemento ativo, dotado de força política e capacidade de transformar e, até mesmo, viabilizar, através do exercício pleno de sua cidadania, mudanças estruturais que apontem para um modelo de sociedade mais justo e solidário. (BRASIL, 2000, p. 37)

Ao se trabalhar com a Filosofia no Ensino Médio, necessita-se procurar trajetórias que permeiam e oportunizam o aguçar do senso crítico, a criatividade, a cidadania e a expressividade dos educandos, para que eles atuem na sociedade em que vivem com sabedoria e justiça.

A atividade docente exige preparação, capacitação e formação contínua. É indispensável que o professor esteja sempre estudando e ampliando seus conhecimentos. O ato de educar requer um senso crítico voltado para a compreensão do que se está sendo ensinando, como uma forma de aprender através do ato de ensinar. Além disso, partindo da

ideia de que aprender não é memorizar algumas explicações e teorias, o professor precisa ter uma nova postura educacional, com o objetivo de formar cidadãos comprometidos com a sociedade.

Para que o aluno possa exercer os valores é necessário a aquisição de responsabilidade e comprometimento, que se dá também no ambiente escolar. O qual se torna responsável pela formação do cidadão. Pois é neste ambiente escolar, o espaço onde o estudante deverá encontrar os caminhos para se preparar para realizar seus projetos de vida. A qualidade de ensino é, portanto, condição necessária, tanto na sua formação intelectual, quanto moral, uma vez que, sem formação de qualidade, a criança poderá não apenas ver seus projetos frustrados no futuro, como também não cumprir com as exigências éticas da sociedade.

A cidadania só pode ser entendida plenamente na medida em que possa ser traduzida em reconhecimento dos direitos humanos, prática da igualdade de acesso aos bens naturais e culturais, atitude tolerante e protagonismo na luta pela sociedade democrática. Sem a consciência de direitos e deveres individuais e coletivos, sem a sede de uma justiça que distribua de modo equânime o que foi produzido socialmente, sem a tolerância a respeito de opiniões e estilos de vida “não convencionais” e, sobretudo, sem o engajamento concreto na busca por uma sociedade democrática, não é possível de nenhum modo que se imagine o exercício pleno da cidadania. É o aspecto que poderíamos chamar de participação democrática. (BRASIL, 2000, p. 49)

Eis a importância da filosofia: ela pode ocupar lugar de destaque no desenvolvimento qualitativo das ações participativas individuais e coletivas dos cidadãos. O seu papel vai além de uma mera transmissão de informações e conhecimentos, ela implementa um processo pedagógico na construção do pensar e na estruturação de uma consciência crítica. Como diz Gonh, "a cidadania não se constrói por decretos ou intervenções externas. Ela se constrói como um processo interno, no interior da prática social em curso, com fruto do acúmulo das experiências engendradas. " (GONH, 1997, p.30).

Desta forma, com a conscientização, os cidadãos podem vir a exercer os direitos e deveres que lhe são propostos, e, assim, viver em harmonia com todos. Neste sentido, o conhecimento, por parte dos jovens, acerca dos valores éticos e morais, juntamente com o exercício dos direitos e deveres, contribui para a consciência das consequências que poderão implicar seus atos. Ou seja, se houver quebra de regras morais e sociais, os jovens terão discernimento para saber as possíveis consequências. Desde modo, surgem alguns questionamentos como:

- Como a disciplina de filosofia pode auxiliar a construção destes valores na sala de aula?

- Como os jovens entendem a cidadania? E os direitos e deveres?

- Como relacionar as quebras de regras sociais e morais com as consequências e deveres da cidadania?

Neste sentido, este trabalho terá os seguintes aportes teóricos sobre a educação ética e a cidadania: Aristóteles, Platão, Kant, Mendes, Rousseau entre outros filósofos e suas respectivas obras. Após os levantamentos e análises, realizar-se-á a discussão e as possibilidades de possíveis intervenções no âmbito escolar em forma de projeto.

O estudo tem por objetivo analisar a disciplina de filosofia aliada a uma educação ética, moral e cidadã no currículo do ensino médio, por meio de um projeto de intervenção no âmbito escolar. Desse modo, além de orientar os jovens, auxiliando-os para obtenção dos conhecimentos sobre as consequências e deveres que podem comprometê-los, no caso de quebrarem com as regras éticas e morais, o trabalho tem por objetivo identificar qual o conhecimento que os jovens têm acerca da cidadania, dentro e fora do ambiente escolar.

Em outras palavras, a educação para a cidadania deve cientificar o ser humano, buscando auxiliá-lo quanto à sua capacidade de interagir com o mundo, e, ao mesmo tempo, compreender a ação por ele exercida.

2. VALORES

Em nosso dia a dia, frequentemente nos deparamos com situações em que temos de fazer escolhas e tomar decisões. Muitas vezes elas dependem daquilo que consideramos bom, justo ou correto. Toda vez que isso ocorre, estamos diante de uma decisão que envolve um julgamento moral, a partir do qual vamos orientar nossa ação ou a ação de outras pessoas.

Como afirmou o filósofo grego Aristóteles: "A característica específica do homem em comparação com os outros animais é que somente ele tem o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto e de outras qualidades morais." (ARISTÓTELES, 1985, p. 15).

Assim, o ser humano tem a capacidade de agir no mundo de acordo com os valores, isto é, a partir daquilo que tem maior importância ou é prioridade para ele segundo códigos morais. Isso significa que as coisas e as ações que um indivíduo realiza podem ser hierarquizadas conforme as noções de bem e de justo compartilhadas por um grupo de pessoas, em determinado momento histórico. Em outras palavras, o ser humano é um ser moral: um ser capaz de avaliar sua conduta a partir de valores morais.

De qualquer modo, a discussão sobre os valores morais se mantém em posição de destaque, visto que a sua compreensão é devesas importante para o bom funcionamento da sociedade como um todo. Mas como e quando ficou definido o que é correto e o que é considerado errado do ponto de vista social? Tanto a religião, quanto o livre arbítrio do homem, se relacionam com a construção dos ideais de ética e moral, sendo que estes são passados de geração para geração, numa linha perpétua de integração em nossa sociedade. A religião oferece ao homem os pilares necessários para a interpretação sobre a distinção entre o certo e o errado, e ao homem cabe o livre-arbítrio e bom senso para "moldar" estes pilares de acordo com as necessidades coletivas.

Mas, por que os valores morais são tão importantes na sociedade? Ora, eles são os responsáveis pela manutenção da ordem entre as pessoas, sendo inclusive ensinados desde o berço. É fácil imaginar em que situação o mundo se encontraria atualmente caso o homem ignorasse as leis formuladas a partir dos conceitos de ética e moralidade. É certo que o homem possui o direito de ter sua liberdade de expressão e escolha, porém tudo é passivo de limites. Caso contrário, diante de quaisquer adversidades que surgissem em nosso caminho,

retornaríamos ao nosso estado primitivo e resolveríamos todos os problemas de maneira antiquada, desprovida de ética e moral, como fazem os criminosos, notadamente não seguidores dos valores morais.

Em síntese, valor moral além de ser um instrumento indispensável para o bom funcionamento da sociedade e integração dos indivíduos, também, significa respeito à vida. À nossa vida e à vida das pessoas ao nosso redor.

2.1 Distinção entre moral e ética

Embora os termos ética e moral por vezes sejam usados como sinônimos, é possível fazer uma distinção entre eles.

A palavra moral vem do latim *mos, mor-*, "costumes", e refere-se ao conjunto de normas que orientam o comportamento humano, tendo como base os valores próprios a uma comunidade ou cultura.

A palavra ética, por sua vez, vem do grego *ethikos*, "modo de ser", "comportamento". Portanto, etimologicamente os dois termos querem dizer a mesma coisa.

No entanto, para além da etimologia, conforme Japiassu, ética pode designar mais especificamente a disciplina filosófica que investiga o que é moral, como ela se fundamenta e se aplica. Ou seja, a ética - ou filosofia moral - estuda os diversos sistemas morais elaborados pelos seres humanos, buscando compreender a fundamentação das normas e interdições (proibições) próprias a cada um, e explicitar seus pressupostos, isto é, as concepções sobre o ser humano e a existência humana. Como complementa Vazquez:

Os homens não só agem moralmente (isto é, enfrentam determinados problemas nas suas relações mútuas, tomam decisões e realizam certos atos para resolvê-los e, ao mesmo tempo, julgam ou avaliam de uma ou de outra maneira estas decisões e estes atos) mas também refletem sobre esse comportamento prático e o tomam como objeto da sua reflexão e do seu pensamento. Dá-se assim a passagem do plano da prática moral para o da teoria moral; ou, em outras palavras, da moral efetiva, vivida, para a moral reflexa. Quando se verifica esta passagem, que coincide com os inícios do pensamento filosófico, já estamos propriamente, na esfera dos problemas teórico-morais ou éticos. (VAZQUEZ, 1980, p. 7)

Neste sentido, a ética é a reflexão sobre o conjunto de regras, princípios morais que guiam, ou chamam para si a autoridade de guiar as ações de um grupo em particular, ou, também, o estudo da argumentação sobre como nós devemos agir. No entanto, as reflexões éticas não se restringem à busca de conhecimento teórico sobre às ações e os valores

humanos, pois, é um conhecimento cuja origem e desenvolvimento levantam questões, de caráter prático, sociológicas, antropológicas, religiosas, entre outros.

[...] a ética está mais preocupada em detectar os princípios de uma vida conforme à sabedoria filosófica, em elaborar uma reflexão sobre as razões de se desejar a justiça e a harmonia e sobre os meios de alcançá-las. A moral está mais preocupada na construção de um conjunto de prescrições destinadas a assegurar uma vida em comum justa e harmoniosa. (JAPIASSU, 2001)

Em outras palavras, a moral seria um código de conduta, que define quais ações são boas e quais são más, enquanto a ética constituirá uma reflexão filosófica sobre a moral.

A moral pressupõe em primeiro lugar um sistema de valores. Dizer que algo possui um valor significa poder avaliar, atribuindo uma qualidade positiva ou negativa à coisa, acontecimento ou ação avaliada.

Em segundo lugar, a moral pressupõe que o agente moral - a pessoa que faz algo de bom ou mal - seja responsável, consciente e livre em relação a suas ações. Quando se diz que alguém assume a responsabilidade pelo que se faz, é porque pode ser culpado, se o que faz é errado, ou digno de mérito, se faz algo bom. Mas para que alguém possa assumir qualquer responsabilidade é necessário que sua ação seja livre e consciente, principalmente na educação escolar.

Neste sentido, a educação vinculada à ética se torna um meio de refletir sobre a construção e reconstrução de valores que juntamente com os deveres e normas que dignificam as pessoas e as tornam mais humanas.

Numa educação ética, é preciso resgatar e incorporar os valores de solidariedade, de fraternidade, de respeito às diferenças de crenças, culturas e conhecimentos, de respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos (SIEGEL, 2005, p 41).

O saber ético é construído historicamente em grupo, no qual o indivíduo se apropria das regras morais, relacionando-se com o mundo. Aprende-se porque se tem oportunidades de se aprender, e a relação com o saber é a relação com o mundo, consigo mesmo e com os outros. O mundo possui seus significados simbólicos e, para estar em relação com o mundo, é preciso estar em relação com os símbolos e sua linguagem (SIEGEL, 2005).

2.2. A educação e suas perspectivas

Quando se fala em educação, pensa-se em transmissão de conhecimentos, que podem ser conhecimentos obtidos pela interação com outras pessoas, meios de comunicação ou conteúdos escolares. Nesse sentido, cada indivíduo percebe e recebe a educação de uma maneira singular.

Desta forma, podem ser encontradas as mais diversas situações dentro da sala de aula, pois, o professor ensina e desenvolve suas aulas de acordo com o que entende e conhece a respeito dos conteúdos e dos métodos de transmissão. Os alunos vão aprender de maneiras diferenciadas, em seu tempo próprio, com as mais diversas facilidades e dificuldades individuais.

A educação escolar durante muito tempo esteve atrelada apenas a uma rigorosa e rígida transmissão de conhecimentos. Com a chegada de várias teorias da psicologia, reformulação das leis de direitos das crianças e adolescentes, a forma de educação escolar se desenvolveu no sentido de proporcionar mais espaço para o aluno, buscando seu real aprendizado.

Ao apontar o desenvolvimento do ensino com qualidade não se trata de algo extraordinário, fora do normal. Não se quer que professores busquem métodos que atropelem o percurso normal de desenvolvimento e do aprendizado dos alunos. Os indivíduos passam por estágios de desenvolvimento, que, de acordo com a teoria de Piaget, descrita por Santos, Nascimento e Teixeira (2009, p. 65) são “Pré-Operacional, Operações Concretas e Operações Formais”, segundo os quais o aluno só consegue aprender o que está dentro de nossa zona de desenvolvimento proximal. Dessa maneira, deve-se buscar o equilíbrio entre as fases de desenvolvimento dos alunos e o conteúdo a ser transmitido, para que não se comprometa o aprendizado dos alunos que ainda não compreenderam conceitos básicos. A partir desta investigação, pode-se avançar com o conteúdo e apresentar conceitos mais complexos, sem prejudicar a continuidade do aprendizado.

Dentre as novas exigências para uma educação efetiva, está a importância do diálogo entre professor e alunos, em que os educandos possam sentir no educador uma fonte de ensino confiável. Freire (1997, p. 75) comenta que “a prática educativa em que inexiste a relação coerente entre o que a educadora diz e o que ela faz é, enquanto prática educativa, um desastre”. Pois, sem a confiança no educador não ocorre segurança no aprendizado. Assim, o que o professor falar e cobrar dos alunos em sala de aula deve estar atrelado a sua própria forma de agir. Não é possível que o aluno adote uma postura, orientada pelo professor, que não condiz com sua prática. Ou seja, o educador só consegue o respeito por parte dos alunos

quando demonstra respeito, de tal maneira que suas palavras estejam diretamente ligadas ao seu posicionamento e a sua forma de operar dentro da sala de aula.

Para que haja um ensino de qualidade, Freire (1997) comenta que existem alguns fatores que devem ser levados em conta. Um deles é o conhecimento do professor. Para ensinar bem, o professor precisa dominar o conteúdo a ser transmitido, bem como conhecer bons e diversos instrumentos de ensino. Assim, ao educador, cabe tanto possuir conhecimento acerca dos conteúdos a serem ensinados, bem como conhecer diversos métodos para transmiti-los.

Possuir conhecimentos atualizados que acompanhem o desenvolvimento dos alunos, em outros âmbitos da sociedade, exige do professor constante processo de formação e pesquisa. Assim, de acordo com Freire (2002, p. 32) “Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”, o que remete à ideia de que o uso da pesquisa pelo educador é fundamental, para que este consiga ensinar e encontrar a forma adequada de colocar os conhecimentos atuais. O constante processo de pesquisa apresentado pelo professor parte de indagações e motivações realizadas pelo próprio aluno e produzidas no processo de ensino e nas diversas situações encontradas neste processo.

Freire (2002, p.33) afirma que “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos”, e o mesmo autor comenta que esses saberes são socialmente construídos na prática comunitária. Dessa forma, quando o educador propõe o estudo de um conteúdo, precisa valorizar o que o aluno sabe acerca do tema estudado, dando importância à maneira de pensar, de raciocinar, apresentada pelos alunos.

Educação escolar é um processo de aprendizagem contínuo que tem por objetivo a formação do homem para viver em sociedade e conviver com a realidade econômica, política e social que o cerca.

Educar é propiciar condições para que os alunos construam os seus conhecimentos. O educador precisa possibilitar aos alunos análises e discussões, deixando que se apropriem dos conceitos. Para tanto, o professor precisa utilizar conhecimentos e ferramentas que auxiliem seus alunos na aprendizagem; assim como, deve se atualizar constantemente com as novas teorias educacionais, aprimorando suas metodologias.

O aluno é um indivíduo social, com necessidade de aprender, de construir conhecimentos dos mais variados assuntos. Para Charlot (2000) a criança nasce e já demonstra a necessidade de aprender.

Freire (1997) salienta que educar exige ousadia, criatividade, competência e entusiasmo. Ao ensinar, aprende-se muito e adquire-se mais conhecimentos e experiências.

Ensinar é aprender o que se dispõe a ensinar, é investigar metodologias alternativas para educar, é orientar o aluno para a aprendizagem, é refletir sobre a prática com a finalidade de adaptá-la a um ato socialmente democrático. A troca de experiências e conhecimentos entre professor e alunos favorece a aprendizagem tanto do aluno como do professor. Ouvir os alunos implica uma maneira de democratização do ensino que favorece a formação de cidadãos comprometidos com os seus deveres e, por conseguinte, defensores dos seus direitos. A prática de educar é uma maneira de socialização através de um ato profissional.

Freire (1997) destaca que ensinar é proporcionar ao aluno um ambiente favorável à produção do conhecimento. Para que essa produção de conhecimento aconteça é necessário que o professor e o aluno tenham disciplina de estudo, indispensável para o fortalecimento de experiência crítica.

Para Cury (2007) ensinar não é transmitir o conhecimento. É preciso incentivar os alunos a explorar suas ideias, raciocinar e argumentar, principalmente quando se refere à filosofia.

2.3. A Cidadania num olhar filosófico

O olhar histórico facilita a compreensão sobre a cidadania escolar, e, simultaneamente, contribui para a reflexão filosófica.

Ao analisarmos a cidadania pela visão de Aristóteles, avaliamos a cidadania grega. O conhecimento que é abordado em suas obras nos demonstra que foi ele quem melhor sistematizou a cidadania. Aristóteles também se debruçou sobre temas que hoje seriam classificadas como jurídicas, procurando amenizar a desigualdade em prol da proporcionalidade.

O pensador Aristóteles almejava a felicidade humana, visava também compor a comunidade por meio de uma constituição prática. Essa constituição seria tão somente alcançada através da política, que se torna o cerne da vida humana, o centro da vida do cidadão. A utilidade do homem, que se propaga na felicidade, só se alcança "pela utilidade do exercício da cidadania" (MENDES, 2010, p. 21). Para o pensador ser feliz é ser honrado. Essa cidadania mencionada por Aristóteles seria mais uma condição para a participação política na gestão da polis.

Essa acepção é facilmente vislumbrada ante a experiência democrática ateniense, que se dava com um número irrisório de indivíduos (cidadãos), em oposição a quase totalidade da população. Os entendidos cidadãos (que não eram as mulheres, os escravos, os estrangeiros, entre outros), então, participavam das assembleias e, por isso, tinham o poder de resolver questões da cidade. Neste sistema, todos (os cidadãos) sujeitavam-se às mesmas normas e todos podiam igualmente manifestar-se. Desta forma, obtinham o consenso sobre os dilemas da polis. (BRITO, 2012, p. 2)

Aristóteles ressaltava que ser cidadão era mais do que uma questão de nascimento, era definido pela sua participação nos assuntos da esfera pública, seja no julgamento, seja no poder de comando.

Então, para ser cidadão, no entender de Aristóteles, era imprescindível preencher alguns critérios. Era necessário que o governante soubesse também ser governado. Este é o pilar da democracia grega, que se expressa na possibilidade de cada cidadão ocupar alternadamente as duas posições (MENDES, 2010, p. 22).

O interessante desta concepção da cidadania grega é que, além de rotular juridicamente quem era ou não cidadão, a cidadania se caracterizava como uma manifestação da habilidade intrínseca que poderia ser desenvolvida e exercida coletivamente, o que significaria, hoje, "características psicológicas do indivíduo" (MENDES, 2010, p. 23).

Análogo ao pensamento de Aristóteles, na sociedade atual, ser cidadão é perceber que fazemos parte do mundo. Nossas escolhas e posturas diante da vida afetam não apenas a nós mesmos, mas também a vida de outras pessoas, da comunidade. Assim como as atitudes das outras pessoas também nos afetam.

Exercer a cidadania exige a aquisição de responsabilidade e comprometimento, que se dá principalmente no ambiente escolar que é um dos responsáveis pela formação do cidadão. Isso se dá porque a educação escolar ocupa um dos lugares de destaque no desenvolvimento qualitativo das ações participativas individuais e coletivas dos cidadãos. O seu papel vai além de uma mera transmissão de informações e conhecimentos, ela implementa um processo pedagógico na construção do pensar e na estruturação de uma consciência crítica.

A cidadania não se constrói por decretos ou intervenções externas... Ela se constrói como um processo interno, no interior da prática social em curso, com fruto do acúmulo das experiências engendradas (GONH, 1997, p.30).

A democracia grega era bem semelhante à nossa, ela se dava de forma arbitrária e em função do coletivo, e permitia que cada um vivesse da melhor forma possível, mas estas pretensões deveriam se adaptar ao bem comum.

Atualmente, no Brasil, o conceito de cidadão estendeu-se para todas as pessoas. E, talvez, ele possa vir a ser ampliado e melhor exercido no caso das minorias.

Da mesma maneira ao analisarmos a obra kantiana, *Doutrina de Direito*, percebemos que é nela que se constrói uma doutrina de Estado de Direito bem fundada. Na verdade, o Estado, como arquitetado pelo filósofo alemão, seria “liberal, jurídico e formal”, ou seja, fundamentado na ideia de liberdade individual, de ser o próprio Estado e os cidadãos conduzidos pelas regras (BOBBIO, 1997, p.132).

Já, quando se remete à ideia de cidadania, propriamente dita, Kant diz que os atributos do cidadão são a liberdade, a igualdade e a independência (BOBBIO, 1997, p. 144). Essa concepção de liberdade do autor, nos remete à liberdade que nossos jovens têm nos dias de hoje, só que muitos deles acabam esquecendo das consequências que devem ser assumidas quando essa liberdade é extrapolada, isso se deve porque muitos desses jovens não têm noção da concepção da cidadania e como ela é exercida.

Essa consciência de ser cidadão deve acontecer primeiramente na escola, e por isso deve existir uma disciplina que contemple esse tema. Os cidadãos conscientes podem exercer os direitos e deveres que lhe são propostos, e assim viver em harmonia com todos.

Já na obra de Rousseau, *O contrato Social*, o papel do Estado e da sociedade são tutelar, porquanto eles têm a responsabilidade de garantir os direitos e a liberdade do indivíduo, esta que consiste na existência de condições para que o indivíduo possa expressar sua vontade, desde que em respeito pelas regras em comum. E a ideia de cidadania é sustentada por Rousseau como um elemento que sofre diversas sugestões do ponto de vista político-educacional e no campo da ética e da moral.

A noção de cidadania, por Rousseau, no sentido de direito público, é de extrema importância para uma reflexão de natureza jurídica, na medida em que os direitos do cidadão são entendidos como uma prática concreta, fruto da conscientização política e educacional do indivíduo, que dotado de direitos e deveres, pode coletivamente promover a justiça, a igualdade e a liberdade (ROUSSEAU, 1991, p.118).

2.4. A Importância da filosofia para a construção de valores como a cidadania, moral e ética no ensino médio

A preparação para o exercício da cidadania aparece em vários momentos da LDB e dos PCN, desde a educação básica, quando afirma que esta “tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996, art. 22º); ao ensino fundamental, quando determina que são objetivos desta modalidade de ensino:

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das Artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade [...] IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 1996, art. 32º)

Como ainda na etapa final que é o ensino médio, que tem como objetivo e diretriz:

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores (BRASIL, 1996, art. 35º) [...] I – o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania [...] III – domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania (BRASIL, 1996, art. 36º).

Enfim, a prática educativa, é algo muito sério. Participamos diariamente e ativamente da formação de cidadãos. Por isso devemos assumir com honra nossa tarefa docente e, sobretudo, a nossa formação, pois somos responsáveis pelo processo de construção do conhecimento.

A filosofia tem o caráter de estar em todos os lugares, em todos os momentos, e juntamente com a educação adequada, a filosofia tem o poder de provocar o raciocínio e a reflexão crítica estimular o prazer da investigação e cultivar o interesse pela cultura.

A educação por sua vez, como um processo amplo e complexo de aquisição, produção, divulgação e promoção de conhecimentos, tem suas dinâmicas presentes em várias ciências, seja no campo tecnológico, científico, empírico ou filosófico.

Como ressalva o autor quando menciona uma ideia de projetos para a melhoria da educação:

A preocupação com a educação para a cidadania, no Brasil, remonta à Constituição de 1823. Parece curioso que em pleno Império já se fizesse presente entre nós um conjunto de idéias em torno da universalização dos direitos, influenciada pelo coetâneo movimento da ilustração francesa. Embora esse avançado ideário tenha alcançado seu lugar na letra da lei, na realidade ainda predominava entre nós a

configuração de uma sociedade escravocrata e excludente, na qual apenas os homens livres e proprietários desfrutavam de direitos devido ao sistema censitário imperial. Esse sistema vigorou durante o Segundo Reinado e tinha sido definido pela Constituição de 1824, a qual assegurava o direito de votar e ser votado, participar da Câmara e do Senado, apenas àqueles cidadãos que se enquadrasse em determinados níveis de renda. Não obstante, tanto os constituintes de 1823, quanto os de 1824 preconizavam a disseminação de escolas, ginásios e universidades, bem como a garantia da gratuidade do ensino público – apesar de omissos no que respeita à matéria obrigatoriedade. (BOTO, 1999, p. 2)

Ser cidadão é perceber que se é parte do mundo. As escolhas e posturas diante da vida afetam não apenas a nós mesmos, mas também a vida de outras pessoas, da comunidade. Assim como as atitudes das outras pessoas também nos afetam. Ao invés de só reclamarmos podemos agir e transformando as coisas.

3. PROJETO DE INTERVENÇÃO

3.1 Explicação teórica sobre a proposta pedagógica:

A proposta de se trabalhar com a obra Emílio ou Educação, nas aulas de filosofia do Ensino Médio, pode ser uma alternativa para o despertar filosófico. A obra serve de reflexão, despertando o conhecimento e o senso crítico, despertando no educador e no educando a importância dos valores na construção do pensar e também do seu conteúdo filosófico.

3.2 Aplicação da proposta pedagógica

TEMA: A importância da disciplina de Filosofia no ensino médio para a construção de valores como ética, moral e cidadania

OBJETIVO :

Evidenciar a necessidade da disciplina de filosofia para a construção de valores aos estudantes do ensino médio

DURAÇÃO:

4 horas/ aula

EMÍLIO OU DA EDUCAÇÃO- LIVRO I

Jean- Jacques Rousseau

Tudo é certo em saindo das mãos do Autor das coisas, tudo degenera nas mãos do homem. Ele obriga uma terra a nutrir as produções de outra, uma árvore a dar frutos de outra; mistura e confunde os climas, as estações; mutila seu cão, seu cavalo, seu escravo; transtorna tudo, desfigura tudo; ama a deformidade, os monstros; não quer nada como o fez a natureza, nem o homem; tem de ensiná-lo para si, como um cavalo de picadeiro; tem que moldá-lo a seu jeito como uma árvore de seu jardim.

Sem isso, tudo iria de mal a pior e nossa espécie não deve ser formada pela metade. No estado em que já se encontram as coisas, um homem abandonado a si mesmo, desde o nascimento, entre os demais, seria o mais desfigurado de todos. Os preconceitos, a autoridade, a necessidade, o exemplo, todas as instituições sociais em que nos achamos submersos abafariam nele a natureza e nada poriam no lugar dela. Ela seria como um arbusto que o acaso fez nascer no meio do caminho e que os passantes logo farão morrer, nele batendo de todos os lados e dobrando-o em todos os sentidos.

É a ti que me dirijo, terna e previdente mãe, que te soubeste afastar do caminho trilhado e proteger o arbusto nascente contra o choque das opiniões humanas. Cultiva, rega a jovem planta antes que morra: seus frutos dar-te-ão um dia alegrias. Estabelece, desde cedo um cinto de muralhas ao redor da alma de tua criança. Outro pode assinalar o circuito mas só tu podes erguer o muro. Amanham-se as plantas pela cultura e os homens pela educação.[...]

Exercícios :

- Solicitar aos alunos a leitura do texto individualmente e em seguida fazer um esclarecimento das dúvidas dos termos desconhecidos;
- Em grupo: dividir a sala em grupos para que respondam, apresentando argumentos e exemplos, à questão: Em que sentido a visão de Rousseau pode contribuir para a reflexão filosófica sobre os valores presentes em nossa sociedade?
- Debate: cada representante expõe a resposta de seu grupo. Abrindo a palavra a todos, o

professor sintetiza o que foi apresentado pelos grupos e complementa as respostas dadas.

3.3 Discussão dos resultados esperados

A reflexão filosófica e o ensino de filosofia no ensino médio são de extrema importância para organizar as ideias e desenvolver uma postura mais ativa perante o mundo, fatores essenciais para formar cidadãos ao invés de meros consumidores.

Apesar de se ter consciência de que a introdução da filosofia no currículo das escolas é um caminho que abre as portas para a tarefa de educar bem o cidadão, a legislação que regulamenta o ensino de filosofia no ensino médio é bastante recente.

À Filosofia cabe, no ensino médio, o papel de no mínimo despertar no aluno um novo olhar para o mundo. É uma disciplina ímpar porque não traz respostas, ao contrário deve levar o aluno a perguntar-se, por exemplo: o que faço aqui? para que serve tudo isto? o que é certo e o que é errado? devo ser justo?. Enfim, questionamentos que, aos olhos de todos, podem ser ignorados, rejeitados e não aceitos.

Mas, diante de uma sociedade intensamente em crise, das mais diferentes, somos desafiados a inverter a lógica. Nesta proposta de Intervenção ao invés de trazer um conteúdo pragmático, condensado dos livros didáticos ou resumos fragmentados dos filósofos, propõe-se, através do texto, um olhar questionador e profundo para o ensino de Filosofia que não seja decorado ou esquecido com o passar destes alunos pelo ensino médio.

A proposta de intervenção que aqui se defende é de trabalhar a obra de Rousseau, com os alunos do primeiro ano do ensino médio. É um trabalho diferenciado, porque, mesmo considerando-os, vai além dos manuais do governo e aos livros didáticos propriamente. Buscando refletir sobre a própria existência, sobre as relações sociais, sobre a humanidade, sobre valores éticos e morais e o homem inserido neste contexto de múltiplas ações.

Optei em trabalhar com o texto de Rousseau porque acredito ser uma linguagem agradável para o adolescente, desta forma não o distancio de sua vida ou de sua realidade enquanto adolescente.

É um trabalho de pesquisa que se deve ocorrer durante aproximadamente um mês. Pretende-se trabalhar com toda a história da Filosofia e seus principais temas juntamente com os valores éticos e morais, dentro do texto, pontuando algumas passagens e lendo o próprio texto em sala de aula.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste projeto de intervenção poderá

seguir uma sequência multidisciplinar envolvendo todas as disciplinas do currículo escolar com apresentação de filmes e palestras relacionados aos temas abordados, apresentação de seminários, debates em sala, trabalhos com cartazes, trabalhos com músicas, jogos e brincadeiras e também para finalizar essa sequência poderia ser realizado uma produção de uma peça teatral sobre os valores éticos e morais e suas consequências na escola e na vida.

A avaliação poderá realizar-se de maneira contínua, processual, visando observar a participação dos alunos na realização das atividades, mediante observação; considerando o processo e não apenas o produto.

Neste sentido, espera-se que o aluno se torne um agente transmissor e multiplicador dentro da sua família, vizinhança e com os demais amigos, e que assuma seu papel como agente cultural, um cidadão que sabe o seu papel na comunidade com engajamento individual e social na solução de problemas.

4. CONCLUSÃO

Filosofia não é um meio de preenchimento de vazios, mais uma disciplina no currículo porque não existem outras opções a ser desenvolvida na escola. Por não ser algo vazio, ela traz à luz das reflexões elementos, verdadeiramente, novos e necessários aos apelos da proposta pedagógica em questão, algo diferenciado sobre o processo educativo. Sua função não é meramente transmitir certos conteúdos, sua proposta é atender e despertar o desejo de conhecer nos educandos. Esta é a discussão sobre a contribuição da Filosofia na construção do pensamento crítico das crianças, integrar a pluralidade de saberes que circulam dentro do universo escolar.

A proposta de reflexão filosófica em sala de aula, no Ensino Médio, a partir da obra Emílio ou Educação, na perspectiva do aprender fazendo como exercício do ser em comunidade, precisa ser realista. Deve voltar-se para o concreto, para o engajamento, para a lucidez crítica, para o confronto com o real e para a encarnação dos valores, dos modos de pensar, de viver e de agir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto. **Direito e Estado no Pensamento de Emanuel Kant**. 4ª edição. Brasília. Editora UnB. 1997.

BOTO, Carlota. “**A ética de Aristóteles e a educação**”. Disponível em http://www.hottopos.com/videtur16/carlota.htm#_ftn1. Acesso em 12/11/2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 48. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

_____. **Lei 9.394 de 20 de dezembro 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Acessado em 24/01/2015.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª série)**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998a. p. 01-42.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: pluralidade cultural. Brasília: MEC/SEF, 1998b. p. 115-166.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (ensino médio)**: Parte IV – Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEF, 2000

BRITO, Álvaro de Azevedo Alves. Cidadania, à luz de Aristóteles, Hobbes, Weber e Marshall. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 17, n. 3147, 12 fev. 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/21042>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre, Editora Artmed, 2000.

CURY, Helena Noronha. **Análise de erros:** o que podemos aprender com as respostas dos alunos. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2007.

FREIRE, Paulo. **Professora Sim Tia Não:** Cartas a quem ousa ensinar. São Paulo, Editora Olho d' água, 1997.

GONH, M.G. **Teorias dos Movimentos Sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 1997.

KANT, Emmanuel. **Doutrina do Direito.** 2ª edição. São Paulo. Ícone. 1993.

MENDES, Ovídio Jairo Rodrigues. **Concepção de Cidadania.** 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social.** São Paulo: Nova Cultural, 1991.

SIEGEL, Norberto. Fundamentos da Educação: **Temas Transversais e Ética.** Associação Educacional Leonardo da Vinci (ASSELVI). Indaial: Ed. ASSELVI, 2005.

SILVEIRA, AF., et al., org. **Cidadania e participação social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 230 p. ISBN: 978-85-99662-88-5. Available from SciELO Books .

VAZQUEZ, Adolfo. Filosofia da práxis. Unidade da teoria e da prática. In: MAGALHÃES-VILHENA, Vasco (Org.). **Práxis.** Lisboa: Horizontes, 1980. v. 2.